



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023176273 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, requisitando pagamento de honorários em favor de Tonevânio Santos Peixoto, pela perícia realizada no processo n. 0810732-34.2017.8.15.2001, movido por ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO, em face de BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Data da Autuação: 27/11/2023

Parte: Tonevânio Santos Peixoto e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235350355

Nome original: Ofício nº 433.2023 Pje 0810732-34.2017.8.15.2001.pdf

Data: 27/11/2023 12:04:02

Remetente:

Símon Abrantes Pinheiro Barbosa

6ª Seção (11ª e 13ª Varas Cíveis)

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Ofício nº 433 2023 Requisição de reserva de honorários periciais



Número: **0810732-34.2017.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.037,43**

Assuntos: **Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO (EXEQUENTE)		JULLYANNA KARLLA VIEGAS ALBINO (ADVOGADO) NEUVANIZE SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EXECUTADO)		JOAO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO)	
TONEVANIA SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82406061	20/11/2023 19:23	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 433/2023

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE
HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Considerando que o(a) Senhor(a) TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO, contador, aceitou o encargo de **perito**, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO - CPF: 601.108.054-53 (EXEQUENTE)**, é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido à(s) fl(s). 7322116

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº 0810732-34.2017.8.15.2001

1.1.2 Natureza da ação: **[Bancários]**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **11ª Vara Cível da Capital**

1.1.4 Autor (es): **ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO - CPF: 601.108.054-53 (EXEQUENTE)**

1.1.5 Réu (s): **EXECUTADO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**X**) **Perícia contábil**

1.1.7 Natureza dos honorários: () adiantamento – 30% (trinta por cento) (**X**) **Finais**

1.1.8 Valor arbitrado: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO

1.2.3 Endereço: Rua Santa Cavalcante, 192, Praia do Poço, CEP. 58101-572, Cabedelo-PB



1.2.3 Telefone (s):

1.2.4 CPF: 486.469.974-72

1.2.5. **Conta-corrente do Banco do Brasil SA, Agência: 3396-0, Conta: 17.265-0**

1.2.6 Inscrição INSS: NIT. **13.45744.34-4**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CRC/PB sob o nº 4823/O-5

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

João Pessoa (PB), em 20 de novembro de 2023

Juiz(a) de Direito

[Assinado digitalmente - Lei 11.419/2006, art. 2º]





Número: **0810732-34.2017.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.037,43**

Assuntos: **Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO (EXEQUENTE)		JULLYANNA KARLLA VIEGAS ALBINO (ADVOGADO) NEUVANIZE SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EXECUTADO)		JOAO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO)	
TONEVANO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73221 16	11/04/2017 15:20	Despacho	Despacho
71819 235	17/04/2023 19:23	Decisão	Decisão
79210 126	15/09/2023 06:53	Petição	Petição
79210 127	15/09/2023 06:53	Laudo Final Proc. nº 0810732-34.2017.8.15.2001 - Antônio Guilherme X BV Financeira	Documento de Comprovação
81565 254	06/11/2023 13:37	Despacho	Despacho



Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

Vistos, etc.

1. Defiro a justiça gratuita;
2. Recebo a inicial vez que presente os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC;
3. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito – vez que se trata de ação de revisão de contrato bancário, na qual as instituições bancárias, via de regra, não conciliam no início da demanda – deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calçado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF);
4. Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;
5. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção);
6. Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como mandado.

Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.



DECISÃO

Vistos etc.

Tendo em vista o disposto no art. 6º do CPC, depreende-se que o processo é produto de uma atividade cooperativa triangular, composta pelo juiz e pelas partes, que exige uma postura ativa, de boa fé e isonômica de todos os atores processuais, e, especificamente do juiz, a atuação como agente colaborador do processo, e não mero fiscal de regras, visando à tutela jurisdicional específica, célere e adequada. Traduz-se, portanto, em um diálogo entre partes e juiz, que encontra, porém, limites na natureza da atuação de cada um dos atores processuais.

Confira-se:

“Art. 6º. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”.

Nesse norte, verificando-se que a apresentação e elaboração dos cálculos competem às partes e existindo divergência entre eles, necessária seria a remessa dos autos à Contadoria do Juízo, todavia, sabendo-se que o referido setor encontra-se abarrotado de processos e que os cálculos não se mostram de alta complexidade, deixo de remetê-los.

De outra banda, em harmonia com o princípio da cooperação encimado, o art.524, § 2º, do CPC autoriza que, para a verificação dos cálculos, o juiz se valha de contabilista, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para efetuar os cálculos necessários ao deslinde do processo.

Considerando que o exequente é beneficiário da Justiça Gratuita, aplica-se à casuística os termos Resolução 09/2017 do TJPB.

Nomeio o contador **Tonevânio Santos Peixoto** independente de termo de compromisso, para realização do exame técnico, identificando e apontando o valor da execução, tendo como parâmetro o título executivo judicial já transitado em julgado.

Destaque-se, ainda, não olvidar o *expert* acerca da não incidência da correção monetária e juros de mora nos valores já bloqueados e/ou depositados.



Assim sendo, de acordo com o art.4.º e 5º, da Resolução n.º 9/2017 do TJPB, e levando em conta a complexidade da perícia a ser realizada, fixo o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a título de honorários periciais, em conformidade com a tabela que acompanha o referido normativo.

Intime-se o aludido profissional para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, fixando prazo de 15 dias para apresentação do exame técnico conclusivo, sendo possível dilação por mais 5 dias, desde que justificado.

Com o laudo, intinem-se as partes para eventuais manifestações, no prazo comum de 5 dias.

Juiz de Direito



EXMO. SENHOR JUIZ DA 11ª VARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

PROCESSO Nº: 0810732-34.2017.8.15.2001

EXEQUENTE: Antônio Guilherme Lopes Filho

EXECUTADO: BV Financeira SA Crédito Financiamento e Investimento

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO, contador, inscrito no CRC/PB sob o nº 4823/O-5, RG. 1.076.486 SSDS/PB, CPF. 486.469.974-72, **NIT/INSS: 113.45744.34-4**, com endereço profissional sito à Rua Santa Cavalcante, 192, Praia do Poço, CEP. 58101-572, Cabedelo-PB, Perito Contador habilitado nos termos do artigo 156 do Código de Processo Civil, honrosamente nomeado por este Douto Juízo para trabalho pericial no processo em epígrafe (**Id.71819235**), vem perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de trabalho, realizado nesse processo, requerendo que o mesmo seja juntado aos autos, para os devidos fins.

Requer, ainda, que seja determinado a liberação dos honorários periciais fixados no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), os quais deverão ser depositados na conta-corrente do Banco do Brasil SA, Agência: 3396-0, Conta: 17.265-0.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Cabedelo-PB, 15 de setembro de 2023

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO

Contador CRC-PB Nº 4823/O-5



EXMO. SENHOR JUIZ DA 11ª VARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

PROCESSO Nº: 0810732-34.2017.8.15.2001

EXEQUENTE: Antônio Guilherme Lopes Filho

EXECUTADO: BV Financeira SA Crédito Financiamento e Investimento

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO, contador, inscrito no CRC/PB sob o nº 4823/O-5, RG. 1.076.486 SSDS/PB, CPF. 486.469.974-72, **NIT/INSS: 113.45744.34-4**, com endereço profissional sito à Rua Santa Cavalcante, 192, Praia do Poço, CEP. 58101-572, Cabedelo-PB, Perito Contador habilitado nos termos do artigo 156 do Código de Processo Civil, honrosamente nomeado por este Douto Juízo para trabalho pericial no processo em epígrafe (**Id.71819235**), vem perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de trabalho, realizado nesse processo, requerendo que o mesmo seja juntado aos autos, para os devidos fins.

Requer, ainda, que seja determinado a liberação dos honorários periciais fixados no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), os quais deverão ser depositados na conta-corrente do Banco do Brasil SA, Agência: 3396-0, Conta: 17.265-0.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Cabedelo-PB, 15 de setembro de 2023

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO

Contador CRC-PB Nº 4823/O-5

1

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB

Telefone: (83) 98844-4443

toni_peixoto@hotmail.com



LAUDO PERICIAL FINAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Objeto e Objetivo da Perícia

1.1.1 Objeto da Perícia:

Trata-se de ação declaratória.

1.1.2 Objetivo da Perícia:

O presente exame pericial decorre da postulação da parte Autora da ação com ajuizou a presente ação em virtude da ilegalidade da incidência da cobrança de juros contratuais sobre tarifas declaradas nulas, por decisão judicial transitada em julgado. A autora ajuizou ação autônoma que transitou perante o Juizado Especial da Capital, sob número 200.2011.905.210-4, buscando ser restituída em dobro do total cobrado tarifas indevidas, onde obteve êxito. Esta ação em análise foi julgada procedente para declarar a nulidade dos juros remuneratórios que incidiram sobre uma das mencionadas cláusulas contratuais nulas e determinando a restituição simples, na forma do CDC do valor cobrado indevidamente, posto que nulas as tarifas.

A parte ré, por sua vez, sustenta que as afirmações autorais são inverídicas e seus pleitos infundados, que as cobranças feitas estão todas dentro da legalidade, e pelo que as declarações da autora não merecem ser acolhidas.

1.2 Responsabilidade Profissional, Metodologia e Critérios de Trabalho:

O escopo da prova pericial financeira é comunicar às partes interessadas, em linguagem simples, os fatos observados sob a ótica Econômico-Financeira, dentro de uma filosofia que permita aproveitar os fatos observados, à mercê dos exames procedidos, para o esclarecimento dos pontos dúbios e revelar a verdade que se quer conhecer.

Buscou-se analisar o sistema de argumentação e contra argumentações usadas nesta lide, a sua lógica e a sua coerência com a prática e com os usos e costumes aplicados a investigação pericial de cunho financeiro, econômico e fiscal, em casos congêneres, ou seja: trabalhos para atender aos quesitos formulados.

Conforme preceitua o artigo 474 do CPC, as partes foram cientificadas do início dos trabalhos periciais, através da petição, proferida pelo Douto Magistrado no Id. 71819235 dos autos.

Destarte, foram considerados os documentos constantes nos autos (vide item 1.7 adiante), suficientes para este *expert* formar sua convicção técnica que permitiu fazer a execução da sentença do processo que deu início a essa lide, o Perito Judicial, para atingir seu escopo, pode se valer das prerrogativas inscritas no art. 473 e § 3º do CPC, e passar a usar as alternativas nele previstas, tendo como limite a legalidade de seus procedimentos investigatórios.

1.3 Procedimentos

2

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB
Telefone: (83) 98844-4443
toni_peixoto@hotmail.com



Os procedimentos realizados estão em seguida sumariados concomitante com o solicitado nos quesitos do processo:

- a) Análise da documentação do processo;
- b) Cálculo da sentença atualizado.

1.4 Da Inicial e dos Cálculos para Execução da Sentença da Exequente:

Na Exordial, Id. 6867288, a requerente alega que ajuizou a presente ação para restituição em dobro do total cobrado em obrigações acessórias de todas as tarifas, acrescidos das devidas correções monetárias e juros da sentença da ação que transitou no Juizado Especial da Capital, sob número 200.2011.905.210-4.

No mesmo Id., na página 2, a parte autora apresenta o valor de cada uma das tarifas, dando o valor da causa em R\$ 3.037,43, que seria o dobro dos valores auferidos quando da cobrança dos consectários de juros sobre as tarifas nulas. No Id. 6867265 apresenta a Cédula de Crédito Bancária celebrada entre as partes em 03/12/2010.

No Id. 52220855 a parte faz requerimento para Cumprimento de Sentença, onde no Id. 52220856 apresenta memória de cálculo com atualização monetária pelo INPC do valor de R\$ 2.028,74 de 08/12/2010 até 01/11/2021, com juros de mora de 1% em igual período. No Id. 52220857 possui 3 cálculos do que seriam os valores das tarifas declaradas ilegais, mas todas 3 possuem o mesmo nome “tarifa de Cadastro”, e foram declaradas ilegais 4 tarifas. A atualização monetária precisa ser feita da data de desembolso de cada parcela, com juros de 1% a.m. apenas a partir da citação em 20/06/2018.

Por todos estes motivos, o cálculo apresentado pela parte executada não merece prosperar.

1.5 Da Contestação e dos Cálculos para Execução da Sentença do Executado:

A parte Executada apresentou Contestação, Id. 6587877, sustentando que o mutuário objetiva a intervenção judicial no contrato, com a restituição em dobro das obrigações acessórias, o que não deve prosperar posto que na ação anterior os valores já foram restituídos. Pedindo, inclusive, impugnação dos cálculos da autora, na página 10 deste Id, e mostrando cálculo realizado na Calculadora Cidadã do Banco Central, onde o financiamento de R\$ 1.438,18 (valor das tarifas ilegais), em 48 parcelas e juros de 2,20% a.m., resultam em R\$ 905,18 de encargos (juros remuneratórios sobre as tarifas), bem diferente dos R\$ 3.037,43 pleiteados pela autora.

No Id. 55060608 a parte apresenta boleto pago e pede cumprimento de sentença, e apólice de seguro-garantia no valor de R\$ 11.075,71, referente ao valor controverso. No Id. 5506613 apresenta memória de cálculo com atualização de cada parcela de juros remuneratório da data do desembolso de cada uma delas (iniciando em 10/01/2011) até 01/02/2022, e juros moratórios de 03/01/2019 até 01/02/2022. Apenas a data de início dos juros não está correta, tendo em vista que deveria ser da data de citação em 20/06/2018 e não da data de contestação.

No Id. 69234059, pede impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela autora, alegando excesso de execução, erro no cálculo. Demonstra, na página 6, deste mesmo Id., os erros encontrados no cálculo da autora, onde a mesma não observou a



capitalização pela tabela Price, data de início da correção errada da data do início dos juros errada e da não observância do Depósito Judicial.

Com relação aos quesitos formulados pela parte no Id. 76917148:

1. *Descreva o Senhor Perito as características do contrato firmado pelas partes.*
Resposta: Um financiamento de R\$ 10.548,11, celebrado entre a parte autora e A BV Financeira, em 03/2/2011, em 48 parcelas, com o 1º vencimento para 08/01/2011, taxa de juros mensal de 2,20% a.m, e prestações de igual valor de R\$ 358,24.
2. *Informe o Senhor Perito os valores pactuados.*
Resposta: respondido na questão anterior.
3. *Descreva o Expert do Juízo as alterações determinadas no julgado.*
Resposta: ver item 1.8 deste laudo.
4. *Demonstre o Senhor Perito quais os valores do contrato com as respectivas alterações.*
Resposta: Acreditamos que a pergunta se refere aos valores que a 1ª ação mandou que fossem devolvidos. São a Tarifa de Cadastro de R\$ 418,00, o pagamento de Serviços de Terceiros de R\$ 561,47, o pagamento de Registro de Contrato de R\$ 121,83 e o pagamento de Seguro de R\$ 336,88, totalizando R\$1.438,18.
5. *Calcule o Senhor Perito o montante final devido pelas partes.*
Resposta: Ver os Anexos deste laudo.
6. *Informe o Senhor Perito, o que mais julgar necessário para a solução do feito.*
Resposta: Ver a conclusão do laudo, item 2 deste laudo.

1.6 Do prazo assinado:

O prazo determinado para feitura dos trabalhos periciais foi restringido ao lapso de 15 (quinze) dias conforme determinações deste Douto Juiz, na decisão, Id. 78238798, conforme preceitua o art. 465 do CPC.

1.7 Da documentação periciada e/ou solicitada

1.7.1 Da documentação periciada:

É a seguinte documentação periciada:

- 1 Petição Inicial
- 2 Contestação
- 3 Cálculos do tema de ambas as partes

1.8 Da Sentença e suas Reformas

No Id. 27661029, tivemos a sentença desse processo em que o Douto Magistrado julgou procedente os pedidos elencados na inicial, em 24/01/2020. Vejamos:

(...) **JULGO PROCEDENTES** os pedidos para: a) Declarar ilegais os juros de financiamento incidentes sobre os valores praticados a título de TARIFA CADASTRO, SERVIÇOS DE TERCEIROS, REGISTRO DE CONTRATO E SEGUROS; b) Condenar a suplicada a devolver, de forma singela, os valores declarados

4

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB
Telefone: (83) 98844-4443
toni_peixoto@hotmail.com



ilegais no item “a”, sobre o qual incidirá correção monetária pelo INPC desde esta data e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (...). Por conseguinte, condeno o réu a pagar as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação (...)

Posteriormente, no Id. 52177221, em 19/07/2021, no Acórdão de Apelação Cível, houve provimento ao apelo do autor, para determinar aplicação da Súmula 43 do STJ, onde o início dos juros deve ser do devido desembolso.

No Id. 52177235, no Acórdão de Embargos de Declaração, os pedidos foram rejeitados.

No Anexo II foi realizada o cálculo da prestação referente a um financiamento do valor total das taxas ilegais conforme o contrato de financiamento, nos moldes do que foi contratado em 03 de dezembro de 2010, no Id. 6867265. Fizemos uma simulação do contrato original para verificar se a taxa contratada (2,20 % a.m.) resultava no valor de parcela contratada, como não encontramos o valor da parcela, fizemos o ajuste da taxa de juros até que chegasse o valor da prestação, tendo encontrado uma taxa efetiva de 2,2029% a.m. Em seguida fizemos do lado direito a tabela usando a mesma taxa de juros contratada, com o valor das taxas ilegais de R\$ 1.438,18, onde simulamos como seria o financiamento das tarifas consideradas ilegais. Podemos observar que na segunda coluna (Parc. Juros) estão os juros remuneratórios que incidiram sobre as taxas ilegais. No Anexo III foi feita atualização monetária pela INPC destes juros remuneratórios, da data do efetivo desembolso de cada parcela e juros de 1% a.m. da citação até 06/2018, data que foi feito primeiro depósito judicial, conforme Id. 69234084.

Posteriormente, no Anexo IV, apresentamos um resumo dos valores devido a parte autora e seu advogado. Dos valores a serem recebidos de autor e advogado subtraímos o valor já liberados em Alvará em 22/07/2022, no Id. 61222574 e 61222567, do 1º depósito judicial. Como o valor do 1º DJO foi inferior ao cálculo do que era devido pela parte ré, fizemos a atualização monetária do valor que falta até 01/09/2023, incluindo os juros de mora do período. Tendo em vista o contrato de prestação de serviços advocatícios anexados, no Id. 57811420 e a necessidade de alvarás com o valor separado de cada rubrica, fizemos a separação dos mesmos.

2. CONCLUSÕES

Observou-se que tal ação é resultado da discussão do julgamento ocorrido no Juizado Especial da Capital, sob número 200.2011.905.210-4, e que neste processo foram parcialmente reformados. Fizemos o cálculo da execução da sentença contemplando todas as reformas havidas, até a presente data, conforme nos foi designado pelo Douto Magistrado no Id. 71819235, onde:

Nomeio o contador Tonevânio Santos Peixoto independente de termo de compromisso, para realização do exame técnico, **identificando e apontando o valor da execução, tendo como parâmetro o título executivo judicial já transitado em julgado.** (...) que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para **efetuar os cálculos necessários ao deslinde do processo.**

Em virtude de ter sido contratado pelo Douto Magistrado, como foi exposto acima, única e exclusivamente para apontar o valor da execução para cumprimento de sentença, este foi o trabalho que dá por concluído, estando à disposição de todos para sanar



quaisquer dúvidas acerca do mesmo. Se os nobres advogados desejarem, podem pedir aos seus assistentes técnicos que reproduzam as planilhas aqui reproduzidas para esclarecer os quesitos apresentando, sendo os mesmos contadores e/ou economistas estarão habilitados para fazê-los sem dificuldades.

3. ENCERRAMENTO

Nada mais a oferecer, dá-se por concluído o presente LAUDO PERICIAL ECONÔMICO-FINANCEIRO composto por 06 laudas escritas somente no anverso, sendo a última assinada digitalmente a fim revesti-las da competente autenticidade e 08 páginas de anexos, totalizando 14 laudas todas devidamente numeradas.

Sem mais para o momento, através do presente trabalho, onde pretende este Perito ter alcançado a finalidade almejada pelo Douto Juiz, conservo-me à disposição para eventuais esclarecimentos que, porventura, possam ser solicitados, e a quesitos suplementares, estando estes sujeitos a honorários adicionais.

Termos em que pede deferimento.



ANEXO I – Índice de Atualização Monetária – INPC – Mensal e Acumulado

Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado INPC até 01/2022	Índice Acumulado INPC até 31/08/2023
dez/10	0,600000	1,944119	2,103028
jan/11	0,940000	1,932524	2,090485
fev/11	0,540000	1,914528	2,071017
mar/11	0,660000	1,904245	2,059894
abr/11	0,720000	1,891759	2,046388
mai/11	0,570000	1,878236	2,031759
jun/11	0,220000	1,867590	2,020244
jul/11	0,000000	1,863491	2,015809
ago/11	0,420000	1,863491	2,015809
set/11	0,450000	1,855697	2,007378
out/11	0,320000	1,847384	1,998385
nov/11	0,570000	1,841491	1,992011
dez/11	0,510000	1,831054	1,980721
jan/12	0,510000	1,821763	1,970670
fev/12	0,390000	1,812519	1,960671
mar/12	0,180000	1,805478	1,953054
abr/12	0,640000	1,802234	1,949545
mai/12	0,550000	1,790773	1,937147
jun/12	0,260000	1,780977	1,926551
jul/12	0,430000	1,776359	1,921555
ago/12	0,450000	1,768753	1,913328
set/12	0,630000	1,760829	1,904756
out/12	0,710000	1,749806	1,892831
nov/12	0,540000	1,737470	1,879487
dez/12	0,740000	1,728138	1,869392
jan/13	0,920000	1,715443	1,855660
fev/13	0,520000	1,699805	1,838744
mar/13	0,600000	1,691012	1,829232
abr/13	0,590000	1,680926	1,818322
mai/13	0,350000	1,671067	1,807657
jun/13	0,280000	1,665239	1,801352
jul/13	-0,130000	1,660589	1,796322
ago/13	0,160000	1,662751	1,798661
set/13	0,270000	1,660094	1,795787
out/13	0,610000	1,655624	1,790952
nov/13	0,540000	1,645586	1,780093
dez/13	0,720000	1,636748	1,770532
jan/14	0,630000	1,625047	1,757876
fev/14	0,640000	1,614874	1,746870
mar/14	0,820000	1,604604	1,735762
abr/14	0,780000	1,591554	1,721644
mai/14	0,600000	1,579235	1,708319
jun/14	0,260000	1,569817	1,698130
jul/14	0,130000	1,565746	1,693727
ago/14	0,180000	1,563713	1,691528
set/14	0,490000	1,560903	1,688488
out/14	0,380000	1,553292	1,680255
nov/14	0,530000	1,547412	1,673894
dez/14	0,620000	1,539254	1,665070
jan/15	1,480000	1,529769	1,654810
fev/15	1,160000	1,507459	1,630676
mar/15	1,510000	1,490173	1,611977
abr/15	0,710000	1,468006	1,587998
mai/15	0,990000	1,457657	1,576803
jun/15	0,770000	1,443367	1,561345
jul/15	0,580000	1,432338	1,549415
ago/15	0,250000	1,424079	1,540480
set/15	0,510000	1,420527	1,536639
out/15	0,770000	1,413319	1,528841

7

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB
Telefone: (83) 98844-4443
toni_peixoto@hotmail.com



Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado INPC até 01/2022	Índice Acumulado INPC até 31/08/2023
nov/15	1,110000	1,402520	1,517159
dez/15	0,900000	1,387123	1,500504
jan/16	1,510000	1,374750	1,487120
fev/16	0,950000	1,354300	1,464998
mar/16	0,440000	1,341555	1,451212
abr/16	0,640000	1,335678	1,444854
mai/16	0,980000	1,327184	1,435666
jun/16	0,470000	1,314304	1,421733
jul/16	0,640000	1,308156	1,415082
ago/16	0,310000	1,299837	1,406083
set/16	0,080000	1,295820	1,401738
out/16	0,170000	1,294784	1,400617
nov/16	0,070000	1,292587	1,398240
dez/16	0,140000	1,291683	1,397262
jan/17	0,420000	1,289877	1,395309
fev/17	0,240000	1,284482	1,389473
mar/17	0,320000	1,281407	1,386146
abr/17	0,080000	1,277319	1,381725
mai/17	0,360000	1,276298	1,380620
jun/17	-0,300000	1,271720	1,375668
jul/17	0,170000	1,275547	1,379807
ago/17	-0,030000	1,273382	1,377466
set/17	-0,020000	1,273764	1,377879
out/17	0,370000	1,274019	1,378155
nov/17	0,180000	1,269322	1,373074
dez/17	0,260000	1,267042	1,370607
jan/18	0,230000	1,263756	1,367053
fev/18	0,180000	1,260856	1,363916
mar/18	0,070000	1,258590	1,361465
abr/18	0,210000	1,257710	1,360513
mai/18	0,430000	1,255074	1,357662
jun/18	1,430000	1,249701	1,351849
jul/18	0,250000	1,232082	1,332790
ago/18	0,000000	1,229009	1,329466
set/18	0,300000	1,229009	1,329466
out/18	0,400000	1,225333	1,325490
nov/18	-0,250000	1,220451	1,320209
dez/18	0,140000	1,223510	1,323518
jan/19	0,360000	1,221800	1,321667
fev/19	0,540000	1,217417	1,316926
mar/19	0,770000	1,210878	1,309853
abr/19	0,600000	1,201626	1,299844
mai/19	0,150000	1,194459	1,292092
jun/19	0,010000	1,192670	1,290157
jul/19	0,100000	1,192551	1,290028
ago/19	0,120000	1,191359	1,288739
set/19	-0,050000	1,189931	1,287194
out/19	0,040000	1,190527	1,287838
nov/19	0,540000	1,190051	1,287323
dez/19	1,220000	1,183659	1,280409
jan/20	0,190000	1,169392	1,264976
fev/20	0,170000	1,167175	1,262577
mar/20	0,180000	1,165194	1,260435
abr/20	-0,230000	1,163100	1,258170
mai/20	-0,250000	1,165782	1,261070
jun/20	0,300000	1,168703	1,264231
jul/20	0,440000	1,165208	1,260450
ago/20	0,360000	1,160103	1,254928
set/20	0,870000	1,155942	1,250426
out/20	0,890000	1,145972	1,239642



Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado INPC até 01/2022	Índice Acumulado INPC até 31/08/2023
nov/20	0,950000	1,135863	1,228706
dez/20	1,460000	1,125174	1,217143
jan/21	0,270000	1,108983	1,199629
fev/21	0,820000	1,105996	1,196398
mar/21	0,860000	1,097001	1,186668
abr/21	0,380000	1,087647	1,176549
mai/21	0,960000	1,083530	1,172095
jun/21	0,600000	1,073227	1,160950
jul/21	1,020000	1,066826	1,154026
ago/21	0,880000	1,056054	1,142374
set/21	1,200000	1,046842	1,132409
out/21	1,160000	1,034429	1,118981
nov/21	0,840000	1,022567	1,106150
dez/21	0,730000	1,014049	1,096935
jan/22	0,670000	1,006700	1,088986
fev/22	1,000000		1,081738
mar/22	1,710000		1,071028
abr/22	1,040000		1,053021
mai/22	0,450000		1,042182
jun/22	0,620000		1,037514
jul/22	-0,600000		1,031121
ago/22	-0,310000		1,037345
set/22	-0,320000		1,040571
out/22	0,470000		1,043911
nov/22	0,380000		1,039028
dez/22	0,690000		1,035094
jan/23	0,460000		1,028001
fev/23	0,770000		1,023294
mar/23	0,640000		1,015475
abr/23	0,530000		1,009017
mai/23	0,360000		1,003697
jun/23	-0,100000		1,000097
jul/23	-0,090000		1,001098
ago/23	0,200000		1,002000
Fonte	IBGE		



ANEXO II – Demonstrativo de Cálculo do Financiamento

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - CONFORME CONTRATO					DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - DAS TAXAS ILEGAIS					
Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840			Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840			
CONTRATANTE:		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO			CONTRATANTE:		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO			
BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN			BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN			
Valor do Financiamento:		R\$ 10.548,11			Valor do Financiamento:		R\$ 1.438,18			
Taxa Juros (a. m.):		2,2029%		(*)	Taxa Juros (a. m.):		2,2029%			
Prazo (meses):		48			Prazo (meses):		48			
Juros Compostos - Tabela Price					Juros Compostos - Tabela Price					
Total de Juros		R\$ 6.647,36			Total de Juros		R\$ 815,24			
Juros + Saldo Inicial		R\$ 17.195,47			Juros + Saldo Inicial		R\$ 2.253,42			
Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor		Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor
0				R\$ 10.548,11		0				R\$ 1.438,18
1	R\$ 358,24	R\$ 232,36	R\$ 125,87	R\$ 10.422,24	jan-11	1	R\$ 48,84	R\$ 31,68	R\$ 17,16	R\$ 1.421,02
2	R\$ 358,24	R\$ 229,59	R\$ 128,65	R\$ 10.293,59	fev-11	2	R\$ 48,84	R\$ 31,30	R\$ 17,54	R\$ 1.403,48
3	R\$ 358,24	R\$ 226,76	R\$ 131,48	R\$ 10.162,11	mar-11	3	R\$ 48,84	R\$ 30,92	R\$ 17,93	R\$ 1.385,55
4	R\$ 358,24	R\$ 223,86	R\$ 134,38	R\$ 10.027,73	abr-11	4	R\$ 48,84	R\$ 30,52	R\$ 18,32	R\$ 1.367,23
5	R\$ 358,24	R\$ 220,90	R\$ 137,34	R\$ 9.890,39	mai-11	5	R\$ 48,84	R\$ 30,12	R\$ 18,73	R\$ 1.348,50
6	R\$ 358,24	R\$ 217,88	R\$ 140,36	R\$ 9.750,03	jun-11	6	R\$ 48,84	R\$ 29,71	R\$ 19,14	R\$ 1.329,37
7	R\$ 358,24	R\$ 214,78	R\$ 143,46	R\$ 9.606,57	jul-11	7	R\$ 48,84	R\$ 29,28	R\$ 19,56	R\$ 1.309,81
8	R\$ 358,24	R\$ 211,62	R\$ 146,62	R\$ 9.459,96	ago-11	8	R\$ 48,84	R\$ 28,85	R\$ 19,99	R\$ 1.289,82
9	R\$ 358,24	R\$ 208,39	R\$ 149,85	R\$ 9.310,11	set-11	9	R\$ 48,84	R\$ 28,41	R\$ 20,43	R\$ 1.269,39
10	R\$ 358,24	R\$ 205,09	R\$ 153,15	R\$ 9.156,96	out-11	10	R\$ 48,84	R\$ 27,96	R\$ 20,88	R\$ 1.248,50
11	R\$ 358,24	R\$ 201,72	R\$ 156,52	R\$ 9.000,44	nov-11	11	R\$ 48,84	R\$ 27,50	R\$ 21,34	R\$ 1.227,16
12	R\$ 358,24	R\$ 198,27	R\$ 159,97	R\$ 8.840,47	dez-11	12	R\$ 48,84	R\$ 27,03	R\$ 21,81	R\$ 1.205,35
13	R\$ 358,24	R\$ 194,75	R\$ 163,49	R\$ 8.676,98	jan-12	13	R\$ 48,84	R\$ 26,55	R\$ 22,29	R\$ 1.183,06
14	R\$ 358,24	R\$ 191,15	R\$ 167,09	R\$ 8.509,89	fev-12	14	R\$ 48,84	R\$ 26,06	R\$ 22,78	R\$ 1.160,28
15	R\$ 358,24	R\$ 187,46	R\$ 170,77	R\$ 8.339,11	mar-12	15	R\$ 48,84	R\$ 25,56	R\$ 23,28	R\$ 1.136,99
16	R\$ 358,24	R\$ 183,70	R\$ 174,54	R\$ 8.164,58	abr-12	16	R\$ 48,84	R\$ 25,05	R\$ 23,80	R\$ 1.113,20
17	R\$ 358,24	R\$ 179,86	R\$ 178,38	R\$ 7.986,20	mai-12	17	R\$ 48,84	R\$ 24,52	R\$ 24,32	R\$ 1.088,88
18	R\$ 358,24	R\$ 175,93	R\$ 182,31	R\$ 7.803,88	jun-12	18	R\$ 48,84	R\$ 23,99	R\$ 24,86	R\$ 1.064,02
19	R\$ 358,24	R\$ 171,91	R\$ 186,33	R\$ 7.617,56	jul-12	19	R\$ 48,84	R\$ 23,44	R\$ 25,40	R\$ 1.038,61
20	R\$ 358,24	R\$ 167,81	R\$ 190,43	R\$ 7.427,13	ago-12	20	R\$ 48,84	R\$ 22,88	R\$ 25,96	R\$ 1.012,65
21	R\$ 358,24	R\$ 163,61	R\$ 194,63	R\$ 7.232,50	set-12	21	R\$ 48,84	R\$ 22,31	R\$ 26,54	R\$ 986,11
22	R\$ 358,24	R\$ 159,32	R\$ 198,91	R\$ 7.033,58	out-12	22	R\$ 48,84	R\$ 21,72	R\$ 27,12	R\$ 958,99
23	R\$ 358,24	R\$ 154,94	R\$ 203,30	R\$ 6.830,29	nov-12	23	R\$ 48,84	R\$ 21,13	R\$ 27,72	R\$ 931,27
24	R\$ 358,24	R\$ 150,46	R\$ 207,77	R\$ 6.622,51	dez-12	24	R\$ 48,84	R\$ 20,52	R\$ 28,33	R\$ 902,95
25	R\$ 358,24	R\$ 145,89	R\$ 212,35	R\$ 6.410,16	jan-13	25	R\$ 48,84	R\$ 19,89	R\$ 28,95	R\$ 873,99
26	R\$ 358,24	R\$ 141,21	R\$ 217,03	R\$ 6.193,13	fev-13	26	R\$ 48,84	R\$ 19,25	R\$ 29,59	R\$ 844,40
27	R\$ 358,24	R\$ 136,43	R\$ 221,81	R\$ 5.971,32	mar-13	27	R\$ 48,84	R\$ 18,60	R\$ 30,24	R\$ 814,16
28	R\$ 358,24	R\$ 131,54	R\$ 226,70	R\$ 5.744,63	abr-13	28	R\$ 48,84	R\$ 17,94	R\$ 30,91	R\$ 783,25
29	R\$ 358,24	R\$ 126,55	R\$ 231,69	R\$ 5.512,93	mai-13	29	R\$ 48,84	R\$ 17,25	R\$ 31,59	R\$ 751,66
30	R\$ 358,24	R\$ 121,44	R\$ 236,79	R\$ 5.276,14	jun-13	30	R\$ 48,84	R\$ 16,56	R\$ 32,29	R\$ 719,37



DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - CONFORME CONTRATO				
Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840		
CONTRATANTE:		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO		
BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN		
Valor do Financiamento:		R\$ 10.548,11		
Taxa Juros (a. m.):		2,2029% (*)		
Prazo (meses):		48		
Juros Compostos - Tabela Price				
Total de Juros		R\$ 6.647,36		
Juros + Saldo Inicial		R\$ 17.195,47		
Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor
31	R\$ 358,24	R\$ 116,23	R\$ 242,01	R\$ 5.034,13
32	R\$ 358,24	R\$ 110,90	R\$ 247,34	R\$ 4.786,79
33	R\$ 358,24	R\$ 105,45	R\$ 252,79	R\$ 4.534,00
34	R\$ 358,24	R\$ 99,88	R\$ 258,36	R\$ 4.275,64
35	R\$ 358,24	R\$ 94,19	R\$ 264,05	R\$ 4.011,59
36	R\$ 358,24	R\$ 88,37	R\$ 269,87	R\$ 3.741,72
37	R\$ 358,24	R\$ 82,43	R\$ 275,81	R\$ 3.465,91
38	R\$ 358,24	R\$ 76,35	R\$ 281,89	R\$ 3.184,02
39	R\$ 358,24	R\$ 70,14	R\$ 288,10	R\$ 2.895,92
40	R\$ 358,24	R\$ 63,79	R\$ 294,44	R\$ 2.601,47
41	R\$ 358,24	R\$ 57,31	R\$ 300,93	R\$ 2.300,54
42	R\$ 358,24	R\$ 50,68	R\$ 307,56	R\$ 1.992,98
43	R\$ 358,24	R\$ 43,90	R\$ 314,34	R\$ 1.678,65
44	R\$ 358,24	R\$ 36,98	R\$ 321,26	R\$ 1.357,39
45	R\$ 358,24	R\$ 29,90	R\$ 328,34	R\$ 1.029,05
46	R\$ 358,24	R\$ 22,67	R\$ 335,57	R\$ 693,48
47	R\$ 358,24	R\$ 15,28	R\$ 342,96	R\$ 350,52
48	R\$ 358,24	R\$ 7,72	R\$ 350,52	R\$ 0,00

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - DAS TAXAS ILEGAIS				
Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840		
CONTRATANTE:		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO		
BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN		
Valor do Financiamento:		R\$ 1.438,18		
Taxa Juros (a. m.):		2,2029%		
Prazo (meses):		48		
Juros Compostos - Tabela Price				
Total de Juros		R\$ 815,24		
Juros + Saldo Inicial		R\$ 2.253,42		
Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor
31	R\$ 48,84	R\$ 15,85	R\$ 33,00	R\$ 686,38
32	R\$ 48,84	R\$ 15,12	R\$ 33,72	R\$ 652,65
33	R\$ 48,84	R\$ 14,38	R\$ 34,47	R\$ 618,19
34	R\$ 48,84	R\$ 13,62	R\$ 35,23	R\$ 582,96
35	R\$ 48,84	R\$ 12,84	R\$ 36,00	R\$ 546,96
36	R\$ 48,84	R\$ 12,05	R\$ 36,80	R\$ 510,16
37	R\$ 48,84	R\$ 11,24	R\$ 37,61	R\$ 472,56
38	R\$ 48,84	R\$ 10,41	R\$ 38,43	R\$ 434,12
39	R\$ 48,84	R\$ 9,56	R\$ 39,28	R\$ 394,84
40	R\$ 48,84	R\$ 8,70	R\$ 40,15	R\$ 354,70
41	R\$ 48,84	R\$ 7,81	R\$ 41,03	R\$ 313,67
42	R\$ 48,84	R\$ 6,91	R\$ 41,93	R\$ 271,73
43	R\$ 48,84	R\$ 5,99	R\$ 42,86	R\$ 228,87
44	R\$ 48,84	R\$ 5,04	R\$ 43,80	R\$ 185,07
45	R\$ 48,84	R\$ 4,08	R\$ 44,77	R\$ 140,31
46	R\$ 48,84	R\$ 3,09	R\$ 45,75	R\$ 94,55
47	R\$ 48,84	R\$ 2,08	R\$ 46,76	R\$ 47,79
48	R\$ 48,84	R\$ 1,05	R\$ 47,79	R\$ 0,00



ANEXO III – Atualização Monetária dos Juros Remuneratórios sobre as Taxas Consideradas Ilegais

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE AS TAXAS ILEGAIS								
Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840						
CONTRATANTE		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO						
BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN						
Valor do Financiamento:		R\$ 10.548,11						
Taxa Juros (ao mês):		2,2029%						
Prazo (meses):		48						
Nº	Valor dos Juros Remuneratórios	Vencimento das Parcelas	INPC no mês	Índice de Cor. Monetária	Valor Corrigido	Juros de 1% a.m. da citação em 06/2018	Valor dos Juros	Valor Total
1	R\$ 31,68	jan-11	0,9400	1,9325	R\$ 61,23	44%	R\$ 26,94	R\$ 88,16
2	R\$ 31,30	fev-11	0,5400	1,9145	R\$ 59,93	44%	R\$ 26,37	R\$ 86,30
3	R\$ 30,92	mar-11	0,6600	1,9042	R\$ 58,87	44%	R\$ 25,90	R\$ 84,78
4	R\$ 30,52	abr-11	0,7200	1,8918	R\$ 57,74	44%	R\$ 25,41	R\$ 83,15
5	R\$ 30,12	mai-11	0,5700	1,8782	R\$ 56,57	44%	R\$ 24,89	R\$ 81,46
6	R\$ 29,71	jun-11	0,2200	1,8676	R\$ 55,48	44%	R\$ 24,41	R\$ 79,89
7	R\$ 29,28	jul-11	0,0000	1,8635	R\$ 54,57	44%	R\$ 24,01	R\$ 78,58
8	R\$ 28,85	ago-11	0,4200	1,8635	R\$ 53,77	44%	R\$ 23,66	R\$ 77,43
9	R\$ 28,41	set-11	0,4500	1,8557	R\$ 52,73	44%	R\$ 23,20	R\$ 75,93
10	R\$ 27,96	out-11	0,3200	1,8474	R\$ 51,66	44%	R\$ 22,73	R\$ 74,39
11	R\$ 27,50	nov-11	0,5700	1,8415	R\$ 50,65	44%	R\$ 22,28	R\$ 72,93
12	R\$ 27,03	dez-11	0,5100	1,8311	R\$ 49,50	44%	R\$ 21,78	R\$ 71,28
13	R\$ 26,55	jan-12	0,5100	1,8218	R\$ 48,37	44%	R\$ 21,28	R\$ 69,66
14	R\$ 26,06	fev-12	0,3900	1,8125	R\$ 47,24	44%	R\$ 20,78	R\$ 68,02
15	R\$ 25,56	mar-12	0,1800	1,8055	R\$ 46,15	44%	R\$ 20,30	R\$ 66,45
16	R\$ 25,05	abr-12	0,6400	1,8022	R\$ 45,14	44%	R\$ 19,86	R\$ 65,00
17	R\$ 24,52	mai-12	0,5500	1,7908	R\$ 43,91	44%	R\$ 19,32	R\$ 63,24
18	R\$ 23,99	jun-12	0,2600	1,7810	R\$ 42,72	44%	R\$ 18,80	R\$ 61,52
19	R\$ 23,44	jul-12	0,4300	1,7764	R\$ 41,64	44%	R\$ 18,32	R\$ 59,96
20	R\$ 22,88	ago-12	0,4500	1,7688	R\$ 40,47	44%	R\$ 17,81	R\$ 58,27
21	R\$ 22,31	set-12	0,6300	1,7608	R\$ 39,28	44%	R\$ 17,28	R\$ 56,56
22	R\$ 21,72	out-12	0,7100	1,7498	R\$ 38,01	44%	R\$ 16,72	R\$ 54,74
23	R\$ 21,13	nov-12	0,5400	1,7375	R\$ 36,71	44%	R\$ 16,15	R\$ 52,86
24	R\$ 20,52	dez-12	0,7400	1,7281	R\$ 35,45	44%	R\$ 15,60	R\$ 51,05
25	R\$ 19,89	jan-13	0,9200	1,7154	R\$ 34,12	44%	R\$ 15,01	R\$ 49,14
26	R\$ 19,25	fev-13	0,5200	1,6998	R\$ 32,73	44%	R\$ 14,40	R\$ 47,13
27	R\$ 18,60	mar-13	0,6000	1,6910	R\$ 31,46	44%	R\$ 13,84	R\$ 45,30
28	R\$ 17,94	abr-13	0,5900	1,6809	R\$ 30,15	44%	R\$ 13,26	R\$ 43,41
29	R\$ 17,25	mai-13	0,3500	1,6711	R\$ 28,83	44%	R\$ 12,69	R\$ 41,52
30	R\$ 16,56	jun-13	0,2800	1,6652	R\$ 27,57	44%	R\$ 12,13	R\$ 39,71



ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE AS TAXAS ILEGAIS								
Nº DA OPERAÇÃO:		1308032840						
CONTRATANTE		ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO						
BANCO:		BV FINANCEIRA / BCO VOTORANTIN						
Valor do Financiamento:		R\$ 10.548,11						
Taxa Juros (ao mês):		2,2029%						
Prazo (meses):		48						
N.º	Valor dos Juros Remuneratórios	Vencimento das Parcelas	INPC no mês	Índice de Cor. Monetária	Valor Corrigido	Juros de 1% a.m. da citação em 06/2018	Valor dos Juros	Valor Total
31	R\$ 15,85	jul-13	-0,1300	1,6606	R\$ 26,32	44%	R\$ 11,58	R\$ 37,89
32	R\$ 15,12	ago-13	0,1600	1,6628	R\$ 25,14	44%	R\$ 11,06	R\$ 36,20
33	R\$ 14,38	set-13	0,2700	1,6601	R\$ 23,87	44%	R\$ 10,50	R\$ 34,37
34	R\$ 13,62	out-13	0,6100	1,6556	R\$ 22,55	44%	R\$ 9,92	R\$ 32,47
35	R\$ 12,84	nov-13	0,5400	1,6456	R\$ 21,13	44%	R\$ 9,30	R\$ 30,43
36	R\$ 12,05	dez-13	0,7200	1,6367	R\$ 19,72	44%	R\$ 8,68	R\$ 28,40
37	R\$ 11,24	jan-14	0,6300	1,6250	R\$ 18,26	44%	R\$ 8,04	R\$ 26,30
38	R\$ 10,41	fev-14	0,6400	1,6149	R\$ 16,81	44%	R\$ 7,40	R\$ 24,21
39	R\$ 9,56	mar-14	0,8200	1,6046	R\$ 15,35	44%	R\$ 6,75	R\$ 22,10
40	R\$ 8,70	abr-14	0,7800	1,5916	R\$ 13,84	44%	R\$ 6,09	R\$ 19,93
41	R\$ 7,81	mai-14	0,6000	1,5792	R\$ 12,34	44%	R\$ 5,43	R\$ 17,77
42	R\$ 6,91	jun-14	0,2600	1,5698	R\$ 10,85	44%	R\$ 4,77	R\$ 15,62
43	R\$ 5,99	jul-14	0,1300	1,5657	R\$ 9,37	44%	R\$ 4,12	R\$ 13,50
44	R\$ 5,04	ago-14	0,1800	1,5637	R\$ 7,88	44%	R\$ 3,47	R\$ 11,35
45	R\$ 4,08	set-14	0,4900	1,5609	R\$ 6,36	44%	R\$ 2,80	R\$ 9,16
46	R\$ 3,09	out-14	0,3800	1,5533	R\$ 4,80	44%	R\$ 2,11	R\$ 6,91
47	R\$ 2,08	nov-14	0,5300	1,5474	R\$ 3,22	44%	R\$ 1,42	R\$ 4,64
48	R\$ 1,05	dez-14	0,6200	1,5393	R\$ 1,62	44%	R\$ 0,71	R\$ 2,33
TOT	R\$ 906,33				R\$ 1.612,08		R\$ 709,31	R\$ 2.321,39



ANEXO III – Resumo

Resumo dos Valores a Serem Restituídos	
Valor a ser devolvido apuradas conforme sentença (Anexo I -A):	R\$ 906,33
VALOR TOTAL A SER DEVOLVIDO:	R\$ 906,33
Correção Monetária: INPC	
Diferenças apuradas no Anexo II-A com correção monetária:	R\$ 1.612,08
VALOR TOTAL REFERENTE AS PARCELAS CORRIGIDAS:	R\$ 1.612,08
Juros de Mora de 1% a.m. da citação, em 20/06/2018	
Juros de Mora no Anexo II-A:	R\$ 709,31
VALOR TOTAL REFERENTE AOS JUROS DE MORA:	R\$ 709,31
VALOR TOTAL PARA O AUTOR EM 23/02/2022:	R\$ 2.321,39
HONRÁRIOS SUCUMBENCIAIS (15% DO VALOR DA SENTENÇA) EM 30/04/2023:	R\$ 348,21
HONRÁRIOS CONTRATUAIS (30% DO VALOR DA SENTENÇA, PAGOS PELO CLIENTE) EM 23/02/2022:	R\$ 696,42
DEPÓSITO JUDICIAL EM 02/2022:	R\$ 2.336,82
ALVARÁ JÁ EMITIDO PARA AUTOR EM 02/2022:	R\$ 1.422,41
VALOR QUE AUTOR RECEBEU A MAIOR	R\$ 202,56
ALVARÁ JÁ EMITIDO PARA ADVOGADO EM 02/2022:	R\$ 914,00
VALOR RESTANTE PARA ADVOGADO	R\$ 130,62
TOTAL DEVIDO AO AUTOR E ADVOGADO EM 02/2022:	R\$ 333,19
INPC - Data do Depósito Judicial até 31/08/2023	1,002000
Juros de Mora de 1% a.m. de Dep. Jud até 08/2023	18%
VALOR PARA 2º DJO EM 01/09/2023	R\$ 393,95





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) 0810732-34.2017.8.15.2001

DESPACHO

Apresentado o laudo pericial (ID), falem as partes, no prazo comum de 5 (cinco) dias e solicite-se o pagamento do honorários periciais, nos moldes da Resolução n. 09/2017 do TJPB.

Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Manuel Maria Antunes de Melo

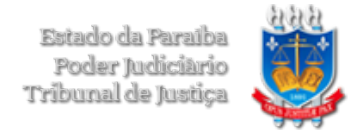
Juiz de Direito em substituição





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ⓘ (<http://suporte.tjpb.jus.br>)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO

Data nascimento: *

10/10/1966

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO

CPF: *

486.469.974-72

Identidade: *

1076486 _____

Órgão: *

SSDS PB

INSS/PIS/PASEP: *

12189873470

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

MARIA DO CARMO SANTOS PEIXOTO

Nome do pai:

CICERO PEIXOTO DE MELO

Email: *

toni_peixoto@hotmail.com

Telefone: *

(83) 98844-4443

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

João Pessoa

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Contador	Privada	4823	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP *

58101-572

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Cabedelo

Bairro ?

Poço

Logradouro *

R. Santa Cavalcante

Número * ?

192

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

33960

Conta: *

172650

Tipo conta: *

Corrente

Vof Assessoria Jurídica

EXMO. SR. DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA
DE JOÃO PESSOA – PB

JUSTIÇA GRATUITA

ANTÔNIO GUILHERME LOPES FILHO, brasileiro, casado, CPF n° 601.108.054-53, residente e domiciliado na Rua Florestal, 272, Indústrias, na cidade de João Pessoa/PB, por seu procurador infra-assinado, vem perante Vossa Excelência propor a presente:

ACÃO DECLARATÓRIA

em face do BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, i INVESTIMENTO, inscrita no CNPJ sob o n° 01.149.953/0001-89, com sede na Rua Duque de Caxias, 533, Centro, na cidade de João Pessoa/PB, cep 58.010-821, pelos motivos fáticos e jurídicos que passa a expor:

I. Da Concessão da Justiça Gratuita

Inicialmente, se faz necessário destacar que a atual situação econômica – financeira do promovente o impossibilita de arcar com as custas e demais despesas pertinentes ao feito em tela.

Destaque-se, por oportuno, que basta a afirmação do interessado de que não dispõe de condições para arcar com as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, para que lhe seja concedido tal benefício, senão vejamos:

*“Para a concessão dos **benefícios da justiça gratuita** basta que a parte afirme não estar em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, não impedindo a outorga do favor legal o fato do interessado ter advogado constituído, tudo sob pena de violação do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal e à Lei nº 1.060/50, que não contemplaram tal restrição” (AI nº*

Vof Assessoria Jurídica

555.868, 2º TAC, rel. THALES DO AMARAL). Mesmo sentido: AI nº 573.982 e AI nº 662.847-00/3, ambos do E. 2º TAC)

Quanto à matéria o Superior Tribunal de Justiça já assentou que:

“JUSTIÇA GRATUITA – BENEFÍCIO – Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se pobre, nos termos da lei, desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento do honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de verdade, suficiente à concessão do benefício legal.” (STJ – 4.ª Turma – Unânime, publicada em 29.11.1993. RESP. 38124 – RS Min. Sávio de Figueiredo).

Portanto, resta demonstrada a possibilidade do deferimento do pleito em tela, pelas razões de fato e de direito acima delineadas.

II. Dos Fatos

A autora adquiriu financiamento, na efetivação da compra de um veículo automotor no dia 08/12/2010.

Ocorre que ao receber a cópia do contrato, foram incluídas tarifas que aumentaram indevidamente o saldo a financiar, as quais discorda e que, de fato, são ilegais e absolutamente abusivas, quais sejam:

Valor líquido: R\$ 9.970,00

Tarifa de Cadastro: R\$ 418,00

Serviços de Terceiros: R\$ 561,47

Seguros: 336,88

Registro de Contrato: R\$ 121,83

Total das cobranças indevidas: R\$ 1.438,18 x 2 = 2.876,36

Os valores das tarifas, porém, foram incluídos no saldo devedor, e consequentemente, também aplicou-se sobre ele a taxa de juros do financiamento conforme cláusula constante do contrato. **Noutras palavras, as tarifas indevidas foram diluídas nas parcelas para que o consumidor pague por um financiamento não contratado de tarifas.**

Vof Assessoria Jurídica

Entretanto, por se tratar de um **contrato de adesão**, a autora nada pôde fazer para que as aludidas tarifas não lhe fossem cobradas, não restando outra medida senão o ajuizamento da ação competente.

Com efeito, ajuizou a competente ação de repetição de indébito perante o Juizado Especial Cível 200.2011.905.210-4, **buscando ser restituído em dobro exclusivamente pelas cobranças das tarifas, excetuando naquela ação os juros decorrentes do seu financiamento.**

Imperioso salientar novamente que naquela ação que tramita perante o JEC não foram discutidos os juros do financiamento das indigitadas tarifas, e como a referida obrigação acessória guarda a mesma sorte da principal, demonstra-se desde já que trata-se de causa de pedir totalmente diversa daquela discutida na referida lide pretérita.

E efetivamente, não se pode exigir a cobrança das referidas tarifas, já que a exigência dessas tarifas é absolutamente ilegal e abusiva, conforme restará demonstrado adiante.

Ante a impossibilidade de discussão administrativa da questão ora em apreço e por se tratar de um contrato de adesão, resta a presente para buscar do Poder Judiciário um pronunciamento acerca das ilegalidades cometidas, devendo-as serem todas reparadas.

III. 1 Do Direito

Para melhor deslinde da questão, é necessário análise do Direito das Obrigações e da Invalidade do Negócio Jurídico, assim consideradas as obrigações principais e acessórias.

No momento da cobrança de tarifas, tornam-se elas obrigações principais, sendo os seus correspondentes financiamentos com característica acessória, afinal, obrigação acessória é aquela que pressupõe justamente uma obrigação principal. Não haveria qualquer cobrança de juros se não existisse um principal a aplicar a taxa.

Assim considerando, de acordo com as normas cogentes de Direito Civil, uma vez declarada nula a obrigação principal, torna da mesma sorte sem efeito a obrigação acessória, conforme inteligência dos artigos 92, 169 2 184 todos do CC/02,

Vof Assessoria Jurídica

diferentemente do que poderia ocorrer no Direito Tributário, quando uma independe da outra.

Faustino da Rosa Junior assevera que “a acessoriedade pode decorrer da lei. Exemplos: (...) b) os juros, porque sua existência depende da obrigação principal, pois os juros são frutos civis.”

De tal maneira que uma vez declaradas nulas as tarifas, a ré deveria ter buscado invariavelmente adequar a situação do contrato excluindo a obrigação acessória de pagamento de juros de financiamento das indigitadas tarifas, porém não o fez, contrariando o art. 169 do CC/02, mantendo a cobrança integral, e consubstanciando com isso uma nova cobrança indevida a ser restituída na forma do que prevê o parágrafo único do art. 42, CDC.

A autora tem então, direito à repetição do indébito na forma da lei, devendo ser aplicado ao caso concreto o disposto no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, entretanto se destaca que a cobrança foi acrescida de juros.

E imperioso frisar que o CDC fixou regras específicas para os contratos de concessão de crédito e para os de financiamento de aquisição de produtos e serviços, *ipsis litteris*:

*"Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo previamente e adequadamente sobre:
I-preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional(...)".*

Resta evidente portanto, após o esclarecimento de toda a matéria fática que houve cobrança de tarifas indevidas, além da cobrança de juros de financiamento das tarifas ilegais, conforme ficará evidente a seguir.

III. 2 Do Financiamento de Tarifas Ilegais e valor a Restituir

O próprio contrato, ora juntado, demonstra a existência de tarifas e seu financiamento na cláusula de adesão, o que demonstra claramente que os valores da cobrança das tarifas estão diluídos no financiamento, com consequente pagamento de juros.

Vof Assessoria Jurídica

Determinada a restituição do valor previsto, fica pendente a restituição do valor cobrado a título de juros aplicados sobre as tarifas declaradas nulas, e consequentemente, igualmente nulo e indevido, a ensejar a restituição em dobro do total cobrado indevidamente, conforme cálculos demonstrados, e sobre os valores totais nelas obtidos deverão ser excluídos os valores já restituídos na primeira ação, bastando uma simples operação aritmética a seguir realizada para demonstrar os valores totais.

Resta evidente portanto que a obrigação acessória (juros) guarda a mesma sorte da obrigação principal (tarifa), sendo igualmente nula, e como a ré ficou-se inerte em extrair dos valores cobrados da autora este saldo acessório, não resta outra medida senão a condenação a restituir em dobro aquilo cobrado a maior.

CÁLCULO DOS JUROS – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

VALOR DAS TARIFAS INDEVIDAS:

TOTAL: R\$ 1.438,18

QUANTIDADE DE PARCELAS: 48

JURO MENSAL: 2,20%

**ASSIM: R\$ 1.438,18 X 48 PARCELAS X 2,20% = R\$ 1.518,71 (X 2) = R\$ 3.037,43
R\$ 3.037,43 – VALOR DOS JUROS – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PARA
DEVOLUÇÃO AO CONSUMIDOR**

O autor procurou os serviços financeiros da ré com o objetivo de contrair um financiamento de veículo. Entretanto, a ré, mediante ardil, financiou não só o veículo, mas também financiou tarifas ilegais.

Salienta-se novamente que na ação do Juizado Especial Cível requer apenas a restituição das tarifas, portanto, excluído este valor do cálculo, conforme cálculos demonstrados.

O cálculo considera a taxa de juros anual prevista no contrato, o valor das tarifas previstas, e o prazo de financiamento. Sobre os valores acima deverá ser aplicado o instituto da repetição do indébito, consagrado no artigo 42 do Código de Defesa do consumidor.

Vof Assessoria Jurídica

V. Do Pedido

Ante ao exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) O deferimento da gratuidade judiciária requerida, conforme declaração inserida nesta petição inicial;
- b) A citação da ré para comparecer para apresentar defesa, no prazo legal, sob as penas da lei;
- c) Que sejam declaradas nulas as obrigações acessórias, na forma do artigo 184 do CC/02, assim considerada os juros sobre as tarifas;
- d) Que seja a ré condenada a pagar a quantia total de R\$ **R\$ 3.037,43** (Três Mil e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Três Centavos) correspondente a restituição em dobro do total cobrado em obrigações acessórias de todas as tarifas, conforme planilhas de cálculos, devidamente corrigido monetariamente, além de aplicação de juros moratórios a partir da data do primeiro pagamento, conforme as súmulas 43 e 54 do STJ.
- e) Requer a condenação da ré ao pagamento de todas despesas processuais e honorários advocatícios conforme o prudente arbitrio de V. Exa.;
- f) A inversão do ônus da prova nos termos do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor;

Cumprando ressaltar que, relacionado aos requisitos da petição inicial, a parte autora aduz que opta pela não realização da audiência preliminar, posto que a matéria discutida na presente demanda é exclusivamente de direito e caso haja proposta de acordo pela parte ré, esta poderá ser feita em sua peça de defesa ou a qualquer momento do trâmite processual.

Indica para os fins do artigo 39 do Código de Processo Civil o endereço Avenida Dom Pedro II, nº 982, bairro Centro, João Pessoa/PB, onde deverá receber futuras intimações, sob pena de nulidade, protestando desde já provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ **R\$ 3.037,43** (Três Mil e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Três Centavos)

Vof Assessoria Jurídica

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 07 de Março de 2017.

Jullyanna Karlla Viégas Albino

OAB/PB 14577

Neuvanize Silva de Oliveira

OAB/PB 15235



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.176.273

Requerente: Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital

Interessado: Tonevânio Santos Peixoto – Perito Contador - toni_peixoto@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2144-05, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0810732-34.2017.8.15.2001, movida por ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO, CPF 1601.108.054-53, em face de BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, CNPJ 01.149.953/0001-89, perante o Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo anexado às fls. 12/24, dos presentes autos.

Analizando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, se encontra na situação de ativo.

No caso em tela, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2144-05, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0810732-34.2017.8.15.2001, movida por ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO, CPF 1601.108.054-53, em face de BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, CNPJ 01.149.953/0001-89, perante o Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, ultrapassa o valor máximo estabelecido na Tabela I, Anexo I, da referida Resolução Administrativa.

Nesse contexto, o pedido de pagamento da despesa fica condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, para onde deve ser remetido o presente ADM Eletrônico, a fim de ser distribuído a um dos seus integrantes.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de novembro de 2023

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0810732-34.2017.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.037,43**

Assuntos: **Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO (EXEQUENTE)		JULLYANNA KARLLA VIEGAS ALBINO (ADVOGADO) NEUVANIZE SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EXECUTADO)		JOAO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO)	
TONEVANO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82758887	27/11/2023 14:36	Comunicações	Comunicações

Decisão que determinou a remessa ao Conselho da Magistratura do ADM - Processo nº 2023.176.273 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2144-05, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO,
REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000308-42.2023.815.0000 Processo CPJ: /
Proc 1º Grau: 0810732-34.2017.815.2001 Processo 1º:
Autuado em : 27/11/2023
Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Valor da Causa : Volumes : 001
Comarca : 999 -----
Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 27/11/2023 14:42
Órgão Julgador : CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator : 081 DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

Assunto :
HONORARIOS PERICIAIS.

IDENTIFICACAO DAS PARTES:
-----:

EXPEDIENTE DO JUIZO DA 11A VARA CIVEL DA COMARCA D
CAPITAL, REQUISITANTO PAGAMENTO DE HONORARIOS EM FA
VOR DE TONEVANIO SANTOS PEIXOTO, PELA PERICIA REALI
ZADA NO PROCESSO N.0810732-34.2017.8.15.2001, MOVI-
DO POR ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO, EM FACE DE BV
FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
(ADM. 2023.176.273).

JOAO PESSOA, 27 DE NOVEMBRO DE 2023

RESPONSAVEL PELA DIGITACAO



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.176.273

À consideração de Sua Excelência, o Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, 2º suplente do Conselho da Magistratura, em razão do ingresso em gozo de licença para tratamento de saúde do eminente Relator, Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de novembro de 2023.

Robson Cananéa – Diretor Especial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

DESPACHO

Vistos,

Trata-se de processo administrativo, referente ao pagamento de honorários periciais, encaminhado para este signatário, na condição de 2ª Suplente, em razão da licença médica do relator, o Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, membro titular do Conselho da Magistratura, no período de 01 a 22 de dezembro de 2023 (OFÍCIO TJPB/ASMAG Nº 15/2023).

Tendo em vista o término do período acima referido e o retorno do Excelentíssimo Desembargador relator, encaminhem-se estes autos ao respectivo gabinete.

Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Márcio Murilo da Cunha Ramos
DESEMBARGADOR



ADM 2023176273

Visto.

Em mesa para julgamento.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira - Relator



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.176.273. Requerente: Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor do Perito Contador Tonevânio Santos Peixoto, por perícia realizada no processo nº 0810732-34.2017.8.15.2001.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado em pauta suplementar, proferiram a seguinte decisão:

AUTORIZADO O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS). UNÂNIME.

Presidiu a sessão, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva – Presidente. *Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.* Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, Carlos Martins Beltrão Filho (Corregedor-Geral de Justiça), Maria das Graças Moraes Guedes (Vice-Presidente) e Joás de Brito Pereira Filho.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

09PS.I



16/02/2024

Número: **0810732-34.2017.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.037,43**

Assuntos: **Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO GUILHERME LOPES FILHO (EXEQUENTE)		JULLYANNA KARLLA VIEGAS ALBINO (ADVOGADO) NEUVANIZE SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EXECUTADO)		JOAO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO)	
TONEVANIO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85682630	16/02/2024 13:01	Outros Documentos	Outros Documentos

Decisão do Conselho da Magistratura no ADM - Processo nº 2023.176.273 - que autorizou o pagamento de honorários, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

